

Attend
Ambiental S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Attend Ambiental S.A.

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Attend Ambiental S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Attend Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita na prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos

Veja notas explicativas nº 6.d e 22 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou receitas líquidas de R\$ 43.978 mil (R\$ 44.799 mil em 2019).</p> <p>As receitas da Companhia são oriundas preponderantemente da prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos industriais.</p> <p>O reconhecimento contábil se dá quando o serviço é prestado ao cliente, ou seja, quando os efluentes líquidos são efetivamente tratados.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, a natureza e a extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento e teste do desenho dos controles envolvendo o reconhecimento de receitas de serviços de limpeza de efluentes líquidos;– Reconciliação entre planilha de faturamento do departamento financeiro e os registros contábeis para o exercício;– A partir da planilha de faturamento do departamento financeiro, selecionamos, em base amostral, notas fiscais e verificamos: (i) se o volume faturado e o preço praticado estão de acordo com os termos contratuais, (ii) o recebimento subsequente da nota fiscal, e (iii) caso não houvesse o recebimento da nota fiscal, verificamos a evidência do serviço prestado com base nos controles de aferição de peso de entrada e saída dos caminhões de transporte de afluentes líquidos na portaria;– Selecionamos, com base em uma amostra, notas fiscais de vendas de serviços de tratamento de efluentes emitidas nos últimos dias do ano de 2020 e 2019 e nos primeiros dias do ano de 2021 e 2020 e confrontamos essas notas fiscais com os relatórios de descartes emitido pela área operacional e verificamos se as transações foram reconhecidas no período contábil correto; e– Verificamos a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita da Companhia relativo a prestação de serviços de limpeza de efluentes líquidos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja notas explicativas nº 6.k e 25 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa nº 25, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.623 mil.

A estimativa do lucro tributável futuro, contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizadas, envolve certas premissas tais como: período projetivo, volume estimados para cada linha de tratamento, preço médio da tonelada processada e inflação projetada.

A administração, também, utilizou julgamentos para a interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

Devido aos julgamentos sobre aplicações de leis tributárias que tem efeitos significativos sobre os valores de prejuízos fiscais e a base negativa reconhecidos como imposto de renda diferido ativo e as incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos lucros tributáveis futuros que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- A avaliação da independência, objetividade e qualificação do time de especialistas terceiros contratados pela Companhia para realizar as projeções de lucros tributáveis futuros;
- A avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do lucro tributável futuro foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercados e estão condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia, e (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados;
- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise de sensibilidade de acordo com as premissas observadas e comparáveis de mercado.
- A avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.; e
- A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o valor reconhecido de imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Ênfase - Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras que descreve que foi concluída, em 26 de novembro de 2019, as investigações dos especialistas independentes contratados pela Companhia, sem identificar atos ilícitos e/ou atos fraudulentos cometidos pelos executivos das empresas do grupo Estre Ambiental S.A. (antiga controladora da Companhia) em contratos de prestação de serviços mantidos com a Transpetro. Contudo, as investigações do Ministério Público encontram-se em curso e não é possível determinar se ainda serão revelados fatos que possam impactar a Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 18 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Attend Ambiental S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019***(Em milhares de Reais)*

	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.009	1.449	Fornecedores	14	1.215	1.244
Contas a receber de clientes	9	6.864	7.145	Debêntures	19	6.849	4.025
Despesas antecipadas		70	151	Passivo de arrendamento	18	694	585
Impostos a recuperar	12	80	1.286	Obrigações trabalhistas	16	2.718	4.446
Outras contas a receber		<u>237</u>	<u>353</u>	Obrigações tributárias	17	1.063	1.345
Total do ativo circulante		9.260	10.384	Outras contas a pagar		<u>207</u>	<u>283</u>
				Total do passivo circulante		12.746	11.928
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.115	4.036	Debêntures	19	42.829	48.254
Depósitos e cauções	11	278	58	Passivo de arrendamento	18	5.045	4.506
Impostos diferidos	25	8.304	1.061	Obrigações trabalhistas	16	88	146
Despesas antecipadas		6	-	Obrigações tributárias	17	1.285	1.638
Direito de uso de arrendamento	13	5.373	5.091	Provisões para demandas judiciais e administrativas	20	300	340
Imobilizado	12	53.727	53.610	Outras contas a pagar		<u>13</u>	<u>-</u>
Intangível		<u>36</u>	<u>24</u>	Total do passivo não circulante		49.560	54.884
Total do ativo não circulante		71.839	63.880	Patrimônio líquido	21		
				Capital social		37.677	37.677
				Prejuízos acumulados		<u>(18.884)</u>	<u>(30.225)</u>
				Total do patrimônio líquido		18.793	7.452
Total do ativo		81.099	74.264	Total do passivo e patrimônio líquido		81.099	74.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Attend Ambiental S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
Receita operacional líquida	22	43.978	44.799
Custos dos serviços prestados	23	<u>(21.855)</u>	<u>(18.397)</u>
Lucro bruto		22.123	26.402
Despesas gerais e administrativas	23	(11.514)	(12.711)
Despesas comerciais	23	(9)	(96)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	23	(193)	(48)
Outras receitas	23	1.288	2.326
Outras despesas	23	<u>(1)</u>	<u>(51)</u>
Total despesas operacionais		<u>(10.429)</u>	<u>(10.580)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		11.694	15.822
Receitas financeiras	24	432	7.306
Despesas financeiras	24	<u>(7.067)</u>	<u>(37.836)</u>
Resultado financeiro		(6.635)	(30.530)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.059	(14.708)
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(962)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	<u>7.244</u>	<u>(3.107)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		11.341	(17.815)
Lucro (prejuízo) por ação - Básico e diluído	28	<u>0,30</u>	<u>(0,47)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Attend Ambiental S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019		13.400	(12.410)	990
Aumento de capital	21	24.277	-	24.277
(Prejuízo) do exercício		-	(17.815)	(17.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>37.677</u>	<u>(30.225)</u>	<u>7.452</u>
Lucro do exercício			11.341	11.341
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>37.677</u>	<u>(18.884)</u>	<u>18.793</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Attend Ambiental S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do exercício	11.341	(17.815)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente	<u>11.341</u>	<u>(17.815)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Attend Ambiental S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.059	(14.708)
Ajuste para conciliar o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.920	3.291
Atualização monetária e encargos sobre empréstimos e financiamentos	5.805	23.116
Atualização monetária e encargos sobre empréstimos de mútuo	-	490
Provisões (reversões) para perdas esperadas do contas a receber	26	48
Provisões para demandas judiciais e administrativas	(40)	(495)
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	-	1
Variação cambial	-	2.964
Perda (ganho) com instrumentos derivativos	-	2.781
Apropriação de juros sobre arrendamento	728	532
	15.498	18.020
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	255	(2.165)
Impostos a recuperar	1.206	1.060
Créditos diversos	116	15
Despesas antecipadas	75	339
Fornecedores	(29)	(290)
Obrigações trabalhistas	(1.786)	(828)
Obrigações tributárias	(635)	1.848
Outras contas a pagar	(63)	132
Depósitos e cauções	(220)	-
	14.417	18.131
Caixa gerado pela atividades operacionais	14.417	18.131
Imposto de renda e contribuição social pagos	(961)	(1.022)
Liquidação de debêntures juros	(4.497)	(526)
Liquidação de empréstimos juros	-	(5.839)
Pagamentos de juros de arrendamento	(670)	(532)
	8.289	10.212
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.289	10.212
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.669)	(3.929)
Aquisição de intangível	(25)	-
Venda de imobilizado	1	-
	(3.693)	(3.929)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(3.693)	(3.929)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de recursos na emissão de debêntures	-	55.000
Liquidação de debêntures	(3.909)	-
Desembolso de custos de transação debêntures	-	(3.693)
Liquidação de empréstimos principal	-	(56.400)
Desembolso de custos de transação empréstimos	-	(2.815)
Aplicações financeiras	(79)	(4.035)
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.454
Depósitos e cauções	-	4.136
Pagamentos de principal do arrendamento	(48)	-
	(4.036)	(6.353)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(4.036)	(6.353)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	560	(70)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.449	1.519
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.009	1.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Attend Ambiental S.A. (“Companhia” ou “Attend”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na avenida Pirarucu, nº 3.889 - bloco I - Nova Aldeinha, Barueri - SP, foi constituída em 3 de novembro de 2010, tendo como objetivo social a prestação de serviços de pré-tratamento de efluentes líquidos (não domésticos) e condicionamento de lodo, em estação implantada e operando na região metropolitana da capital do estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e criação de infraestrutura semelhante em outros locais no Brasil e no exterior. O pré-tratamento de efluentes consiste em processos específicos para cada tipo de efluente, definidos em função de suas origens e características físico-químicas.

A Attend possui as seguintes linhas de tratamento e seus respectivos efluentes típicos:

- **Linha verde** – Chorume de aterros sanitários.
- **Linha marrom** – Fossa séptica, caixa de gordura, banheiro químico e outros efluentes não perigosos.
- **Linha amarela** – Efluentes com metais pesados, substâncias ácidas e alcalinas provenientes de indústrias metal-mecânicas e de galvanoplastia, entre outras.
- **Linha cinza** – Efluentes contaminados com óleo, emulsões oleosas, borras oleosas de indústrias químicas, petroquímicas e de acabamento de metais, entre outras.
- **Linha azul** – Efluentes orgânicos voláteis e produtos biodegradáveis, como substâncias fenólicas, corantes e solventes provenientes das indústrias têxtil, farmacêutica e química, entre outras.
- **Linha vermelha** – Lamas bentonitas e lodos de ETE, provenientes de perfuração de poços, escavação e estação de tratamento de efluentes, entre outras.

a. Operações

Os efluentes industriais, tidos como uma fonte poluidora deve obedecer a uma série de condições, inclusive o fiel cumprimento ao art. 19-A do Decreto nº 8.468/76 do Estado de São Paulo, o qual estabelece alguns critérios, tais como adequação do PH entre 6 e 10, temperatura inferior a 40° C etc. De acordo com as normas de proteção ambiental, tal como a Constituição Federal em seu art. 225, Lei Federal nº 9.605/98 (“Lei de crimes ambientais”) e Lei Federal nº 6.938/81, a obrigação de pré-tratamento desses efluentes líquidos industriais (não domésticos) é de responsabilidade das próprias indústrias, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal, dado que pode conter produtos nocivos ao meio ambiente e à saúde humana.

Em virtude da necessidade do cumprimento dessas obrigações, a criação de uma estação de efluentes líquidos pode ser feita por qualquer entidade, já que, como consta da própria deliberação ARSESP nº 106/09, os efluentes devem ser tratados pelo próprio gerador dos resíduos, sendo este responsável por arcar com os respectivos custos de pré-tratamento. Desta forma, a Companhia não depende de concessão, autorização ou permissão do poder público para a prestação de serviços de pré-tratamento de efluentes líquidos industriais.

O término da primeira fase da estação de tratamento de efluentes não domésticos, composto pelas linhas verde e marrom, ocorreu no primeiro trimestre do exercício de 2015, com capacidade para tratar um volume de 6.480 m³/dia e 4.800 m³/dia, respectivamente, dando início às operações/atividades da Companhia.

Mais recentemente, em abril de 2019, a segunda fase foi concluída, adicionando à estação de tratamento mais quatro linhas e uma capacidade adicional de 1.080 m³/dia. A operação da segunda fase foi iniciada em janeiro de 2019, com relação à linha amarela, e em abril de 2019 as demais linhas.

b. Cessão de ações e transferência de controle

Em 21 de dezembro de 2017, a então acionista da Companhia, Estre Ambiental S.A. (“Estre”), concluiu o *Business Agreement* com a Boulevard Acquisition Corp. II, pelo qual, dentre outras operações, foi realizada uma reestruturação societária de forma que a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Estre seriam transferidas para a Latte Saneamento e Participações S.A. (“Latte”) assim que atendidas uma série de condições. Tais condições foram atendidas em dezembro de 2018 e, no dia 28 do mesmo mês, a totalidade das ações da Companhia foram formalmente transferidas à Latte. Com a conclusão da cessão de ações se deu também a transferência do controle e os mesmos acionistas da Estre se tornaram acionistas da Latte.

c. Reestruturação de dívida

Com a conclusão da reestruturação de dívidas com terceiros mediante a emissão de debentures no exercício de 2019, a Companhia conseguiu reduzir substancialmente seus encargos financeiros e gerar lucro no exercício de 2020. Aliado a isso, o aumento da capacidade de geração de receita decorrente de recente ampliação da planta; a assinatura de novos contratos firmados com clientes; e demais ações previstas no seu plano de negócios, garantirá a geração de recursos suficientes para que a Companhia consiga honrar com todos os compromissos assumidos.

d. Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Em 31 de janeiro de 2019, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da 59a fase da Lava Jato, pediu à Justiça do Paraná a prisão preventiva do acionista da Estre Ambiental Sr. Wilson Quintella Filho, do responsável pelo escritório de advocacia envolvido em esquema fraudulento, o Sr. Mauro de Moraes e do ex-executivo do Grupo Estre Antônio Kanji. As investigações tiveram como ponto de partida declarações do ex-presidente da Transpetro, por meio de acordo de colaboração com o Ministério Público Federal. O aprofundamento das investigações revelou que propinas foram pagas por acionista da Estre Ambiental S.A. em espécie ao ex-presidente da Transpetro e seus emissários, mediante sucessivas operações de lavagem de capitais com envolvimento do escritório de advocacia Mauro de Moraes Sociedade de Advogados.

A Latte Saneamento e Participações S.A., e suas investidas, conduziram ações investigativas executadas por especialistas independentes contratados. O propósito dessa investigação foi o de apurar eventuais atos ilícitos no âmbito da 59ª fase da operação Lava Jato conduzida pelo Ministério Público, bem como reportar para a Governança da Companhia suposto beneficiamento de empresas pertencentes ao Grupo Estre e seus executivos em contratos de prestação de serviços mantidos com a Transpetro por meio de licitações públicas e mediante pagamento de propinas a executivos da Transpetro. As investigações dos especialistas independentes na Companhia foram concluídas em abril de 2019 e nas demais empresas do Grupo em 26 de novembro de 2019 e não identificaram indícios de atos ilegais associados a esse assunto. As investigações do Ministério Público, por sua vez, continuam em curso.

Não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia. Nenhum efeito desse assunto foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

A Companhia e seus executivos não foram citados nas denúncias. A administração da Companhia afirma que não tem envolvimento nas operações conduzidas pela Polícia Federal mencionada acima.

Até a presente data, a Companhia e seus executivos não receberam notificações ou fiscalizações do Ministério Público para esclarecimentos.

e. COVID-19

De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo coronavírus (“COVID-19”). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

A partir do referido Decreto, paralisações de eventuais atividades não essenciais, decorrentes das medidas de distanciamento social, foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, estabeleceu as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, e definiu as regras para o teletrabalho, concessão e antecipação de férias coletivas e individuais, aproveitamento à antecipação de feriados, constituição de regime de compensação por meio de banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança do trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Estas medidas impactaram diversos segmentos da economia nacional, mas não houve impactos significativos nos resultados econômicos ou financeiros da Companhia em 2020, pois observou-se uma pequena queda nas linhas verde e marrom compensada pelo funcionamento a 100% das novas linhas. Abaixo segue a performance financeira por linha de tratamento de efluentes:

	2020	2019	Variação %
Linha verde	30.609	32.720	-0,06
Linha marrom	12.854	14.919	-0,14
Linha amarela	2.890	1.291	1,24
Linha cinza	2.438	949	1,57
Linha vermelha	357	199	0,79
Linha azul	31	16	0,93
Outras	373	370	0,66
Total	<u>49.552</u>	<u>50.464</u>	

Em frente aos desafios que a pandemia da COVID-19 impôs a todos, a Attend estabeleceu o compromisso de, junto com colaboradores, parceiros e clientes, enfrentar e trabalhar para ser parte da solução, com foco em manter as operações com o mínimo de impacto nos clientes, promover o bem-estar dos colaboradores e contribuir para minimizar os riscos para a comunidade.

A Attend estabeleceu planos de contingência baseados nas regras da Prefeitura de Barueri e do Governo de São Paulo, a fim de garantir a proteção dos profissionais e evitar a propagação da doença.

Adicionalmente, a área de segurança do trabalho instituiu procedimento de reuniões periódicas para monitoramento dos assuntos relacionados à COVID-19 e, através do departamento, adotou diretrizes que são repassadas nos temas a seguir:

(i) *Cuidado com os colaboradores*

Em consonância com as medidas governamentais e a Medida Provisória nº 927, a Administração adotou políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, tais como:

- *Home office* para parte dos colaboradores, inclusive para as pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco.
- Horários flexíveis de entrada e saída do escritório.
- Introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.
- Checagem de temperatura dos colaboradores e testes ambulatoriais quando necessário.

(ii) **Impactos econômico-financeiros**

A Attend mantém um volume de caixa julgado suficiente pela Administração para suportar as necessidades operacionais, condição que, em seu entendimento da Administração, garante fôlego para suportar os impactos de queda na projeção de faturamento. Ainda assim, os potenciais impactos econômicos e financeiros são diariamente monitorados e suportados pelos seguintes fatores:

- **Gestão da hígidez financeira:** em novembro de 2019, a Companhia capitou R\$ 55 milhões através das debêntures, dos quais parte substancial ainda se encontrava em caixa no início da pandemia. Adicionalmente, implementou as seguintes medidas para a preservação de caixa e liquidez:
 - Aproveitamento dos créditos fiscais
 - Renegociação com alguns fornecedores
 - Redução total dos investimentos
 - Redução do quadro de funcionários.

Análise de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros, que, até 31 de dezembro de 2020, não foram identificados indicativos que justificassem a aplicação de testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia.

De acordo com o entendimento da administração da Companhia, os recursos disponíveis em caixa de aproximadamente R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as estimativas de geração futura de caixa operacional, permite, , mesmo em cenário de *stress*, suportar suas obrigações de curto prazo

- **Equilíbrio econômico dos contratos** - Parte relevante dos serviços da Companhia é considerada essencial pelos clientes, entretanto, em consonância com as atividades e diretrizes destes, e obediência às determinações de órgãos públicos e governos quanto ao fechamento de operações, a Companhia vem mantendo em funcionamento as suas atividades em Barueri.

Nesta situação, alguns clientes reduziram e/ou pararam as suas operações, outros necessitaram contratar serviços adicionais. Com vista à preservação das margens da Companhia, foram estabelecidas medidas para monitoramento dos impactos operacionais em cada contrato, viabilizando com a devida urgência o ajuste de equipes e custos em frente à eventual redução ou incremento de escopo. As seguintes medidas foram adotadas:

- Reunião semanal com todos os diretores para monitoramento das demandas de revisão dos contratos/clientes.
- Aplicação de estratégias operacionais de gestão de efetivo que permitem o ajuste adequado de custo nos contratos (férias, suspensão, redução de jornada ou desligamento).
- Redução de custos com pessoal e encargos das áreas administrativas na ordem de R\$ 500 mil para o segundo semestre de 2020, em bases recorrentes.

- Negociação com fornecedores (em custos e prazos), cujo objetivo primordial é a manutenção das margens.

A Companhia entende que esse conjunto de medidas preserva a sua atual carteira de clientes e mantém sua estrutura de custos num patamar necessário para preservação das margens, garantindo assim a continuidade de suas operações com o menor impacto possível durante o período de pandemia.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tiveram sua emissão aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 6.m e 18 - Arrendamento** – Determinação se um contrato contém arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 6.e e 13 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado** - definição de vida útil e valores residuais; e
- **Notas explicativas 6.k e 25 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por recursos em contas bancárias de livre movimentação considerada de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, assim como por aplicações financeiras de curto prazo, que são avaliadas ao custo, acrescido de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

c. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d. Reconhecimento de receita

De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando a Companhia cumprir a obrigação de desempenho estabelecida no contrato com o cliente. O cumprimento da obrigação se dá quando da entrega dos serviços de tratamento de efluentes líquidos aos clientes. Portanto, a Companhia reconhece a receita de serviços em um momento específico do tempo que é quando os serviços são concluídos e os efluentes devidamente tratados. Após o tratamento, o líquido vai para a SABESP e o sólido para o aterro sanitário de terceiros.

A política comercial geral da Companhia prevê alterações de preço por quantidade e tipo de efluentes tratados. Clientes possuem preço variável, dependendo do volume descartado no mês. No âmbito geral, quanto maior o “volume mínimo” acordado, menor será o preço unitário (tonelada) do tratamento. Adicionalmente, nos contratos firmados com seus clientes não há impacto relativo à contraprestação variável.

Nos contratos com seus clientes não há requerimentos de que a Companhia deva efetuar pagamentos, tais como: (i) bonificação ou crédito em conta por atingimento de campanhas de vendas com quantidade escalonada e (ii) ressarcimento à cliente por redução no preço praticado.

e. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, enquanto estiver em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o período em que as atividades relacionadas à construção estiverem sendo executadas.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido dos seus valores residuais quando estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimadas dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

g. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de opções de compra, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é contabilizado com base na posição MTM (*market to market*), ou seja, valor de mercado na data base, de cada operação contratada e nas respectivas datas de encerramento mensal informada pela instituição financeira envolvida.

Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração do resultado.

i. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia optou pelo regime de tributação o lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativo e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidos como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante de pagamento esperado caso a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos.

(i) Como arrendatária

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, como por exemplo, equipamentos de TI.

A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa.

n. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber de clientes e são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem que a mesma recorra a ações de recuperação do crédito, tais como execução da garantia (caso seja aplicável), ou o bloqueio de ativos do devedor, ou outras ações de cobranças estabelecidas; ou
- O ativo financeiro está vencido conforme as regras internas da Companhia.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os impostos diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Para fins de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

A Companhia não identificou nenhum indicativo que levasse à necessidade de ajuste a redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

o. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando é praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que um desembolso de caixa futuro seja requerido e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

b. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06) 60
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	634	407
Aplicações financeiras	<u>1.375</u>	<u>1.042</u>
	<u>2.009</u>	<u>1.449</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Estão representados por aplicações financeiras realizadas automaticamente pelos bancos, são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas à variação de aproximadamente 2% do DI a.a, dependendo do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados. (Em 2019, 2,30% a.a.).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 26.

9 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Serviços faturados de clientes - terceiros	5.975	6.268
Serviços faturados de clientes - partes relacionadas (ver nota 15)	1.086	1.048
Provisão para perdas esperadas	(197)	(171)
	<u>6.864</u>	<u>7.145</u>

A classificação por idade de vencimento pode ser assim apresentada:

	2020	2019
A vencer	6.553	6.133
Vencidos até 30 dias	139	764
Vencidos de 31 a 60 dias	4	123
Vencidos de 61 a 90 dias	1	127
Vencidos de 91 a 180 dias	329	8
Vencidos de 181 a 360 dias	34	157
Vencidos acima de 361 dias	1	4
	<u>7.061</u>	<u>7.316</u>

A movimentação da provisão para perdas esperada de clientes pode ser assim apresentada:

	2020	2019
Saldo inicial	171	123
(-) Reversões	(163)	(123)
(-) Perdas realizadas	(12)	-
(+) Complementos	201	171
Saldo final	<u>197</u>	<u>171</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia é objeto do contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios oriundo da emissão das debêntures (ver nota explicativa nº 19).

10 Aplicações financeiras vinculadas

Conforme cláusula de garantia 6.1.3 do Instrumento Particular de Escritura e Contrato de Cessão Fiduciária, a Companhia deverá manter em conta vinculada até a data da liquidação integral das debêntures, o valor correspondente a: (i) R\$4.000 ou (ii) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, dos dois valores o menor como reserva de segurança. (“Reserva de Caixa”).

	2020	2019
Saldo inicial	4.036	-
Aplicação	-	4.000
(-) Retenção IR Lei 10892	(15)	-
(+) Rendimento líquido	94	36
Saldo final	<u>4.115</u>	<u>4.036</u>

A aplicação financeira denominada ITAÚ TOP RF REFERENCIADO DI FICFI cujo retorno é compatível ao CDI por meio de investimento em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco de crédito. A taxa de rendimento do fundo no último mês foi de 0,16% e 2,35% no acumulado dos últimos 12 meses (Em 2019 5,58% a.a.).

11 Depósitos e cauções

	2020	2019
Depósitos judiciais	278	58
	278	58
Circulante	-	-
Não circulante	278	58

A Companhia foi incluída no polo passivo de processos trabalhistas devido compor grupo empresarial com a Estre Ambiental S/A.

12 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	2020 Líquido	2019 Líquido
Máquinas e equipamentos	10	3.974	(989)	2.985	3.202
Computadores e periféricos	20	359	(263)	96	121
Móveis e utensílios	10	685	(256)	429	449
Instalações	10	921	(299)	622	707
Instalação – Fábrica	10	77	(28)	49	56
Ferramentas	10	9	(4)	5	6
Aparelhos e acessórios	10	10	(8)	2	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	73.419	(23.880)	49.539	49.066
		79.454	(25.727)	53.727	53.610

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Custo	2019	Adições	Baixas	2020
Máquinas e equipamentos	3.799	175	-	3.974
Computadores e periféricos	329	30	-	359
Móveis e utensílios	639	48	(2)	685
Instalações	913	8	-	921
Instalação – Fábrica	77	-	-	77
Ferramentas	9	-	-	9
Aparelhos e acessórios	10	-	-	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	70.011	3.408	-	73.419
Total	75.787	3.669	(2)	79.454

Custo	2019	Adições	Baixas	2020
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(597)	(392)	-	(989)
Computadores e periféricos	(208)	(55)	-	(263)
Móveis e utensílios	(190)	(67)	1	(256)
Instalações	(206)	(92)	-	(298)
Instalação – Fábrica	(21)	(8)	-	(29)
Ferramentas	(3)	(1)	-	(4)
Aparelhos e acessórios	(7)	(1)	-	(8)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(20.945)	(2.935)	-	(23.880)
Total	(22.177)	(3.551)	1	(25.727)

Movimentação do imobilizado líquido geral no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Custo Geral	2019	Adições	Baixas	2020
Total Imobilizado líquido	53.610	118	(1)	(53.727)

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

Custo	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Máquinas e equipamentos	1.675	106	-	2.018	3.799
Computadores e periféricos	290	40	-	-	329
Móveis e utensílios	541	98	-	-	639
Instalações	844	70	(1)	-	913
Instalação – Fábrica	77	-	-	-	77
Ferramentas	9	-	-	-	9
Aparelhos e acessórios	10	-	-	-	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	47.794	2.628	-	19.589	70.011
Projeto CPTE (em andamento)	16.231	896	-	(17.128)	-
Capitalização de encargos s/ construção	3.927	552	-	(4.479)	-
Total	71.398	4.390	(1)	-	75.787
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos	(260)	(337)	-	-	(597)
Computadores e periféricos	(159)	(49)	-	-	(208)
Móveis e utensílios	(132)	(58)	-	-	(190)
Instalações	(120)	(87)	1	-	(206)
Instalação – Fábrica	(13)	(8)	-	-	(21)
Ferramentas	(2)	(1)	-	-	(3)
Aparelhos e acessórios	(6)	(1)	-	-	(7)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.337)	(2.608)	-	-	(20.945)
Total	(19.029)	(3.149)	1	-	(22.177)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia ativos imobilizados dados em garantias de dívidas.

13 Direito de uso

A Companhia adotou a transição da norma CPC 06 (R2), reconhecendo um ativo de direito de uso a partir de 1º de janeiro de 2019. O reconhecimento deu-se de forma retrospectiva modificada, em que não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Sendo essas as primeiras demonstrações com representação comparativa.

				<u>2020</u>	<u>2019</u>
	Taxa anual de amortização %	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso - Imóveis	4	5.820	(447)	5.373	5.091
		<u>5.820</u>	<u>(447)</u>	<u>5.373</u>	<u>5.091</u>

A movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	2019	Adições	Baixas	2020
Direito de uso				
Imóveis	5.182	638	-	5.820
Total	5.182	638	-	5.820
Amortização acumulada				
Imóveis	(91)	(356)	-	(447)
Total	(91)	(356)	-	(447)
Direito de uso líquido	<u>5.091</u>	<u>282</u>	<u>-</u>	<u>5.373</u>

A movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

	2018	1º de janeiro de 2019	Adições	2019
Direito de uso				
Imóveis	-	5.182	-	5.182
Total	-	5.182	-	5.182
Amortização acumulada				
Imóveis	-	-	(91)	(91)
Total	-	-	(91)	(91)
Direito de uso líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(91)</u>	<u>5.091</u>

14 Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	388	554
Fornecedores - partes relacionadas (nota 15)	676	690
Despesas provisionadas	<u>151</u>	<u>-</u>
	<u>1.215</u>	<u>1.244</u>

15 Transações com partes relacionadas

15.1 Saldos patrimoniais e transações comerciais em 31 de dezembro de 2020

	Contas a receber Nota 9	Fornecedores Nota 14	Arrendamento a pagar	Outras contas a pagar	Receitas	Custos	Despesas
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	506	657	5.739	123	5.789	(3.216)	(853)
Estre Ambiental S.A.	320	12	-	-	1.131	(105)	-
Resicontrol Serviços Ltda.	222	-	-	-	536	-	-
Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí Ltda.	30	-	-	-	528	-	-
Terrestre Ambiental Ltda.	1	-	-	-	636	(107)	-
Cavo Serviços e Saneamento S.A.	-	7	-	-	-	-	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA	7	-	-	-	81	-	-
						(3.428)	
Total	1.086	676	5.739	123	8.701	()	(853)

15.2 Saldos patrimoniais e transações comerciais em 31 de dezembro de 2019

	Contas a receber Nota 9	Fornecedores Nota 14	Arrendamento a pagar	Receitas	Custos	Despesas
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	330	680	5.091	6.001	(3.347)	(756)
Estre Ambiental S.A.	522	10	-	1.489	(137)	-
Resicontrol Serviços Ltda.	-	-	-	5	-	-
Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí Ltda.	121	-	-	651	-	-
Terrestre Ambiental Ltda.	67	-	-	1.203	-	-
Cavo Serviços e Saneamento S.A.	-	-	-	-	(171)	-
Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA	8	-	-	38	-	-
Latte Saneamento de Participações S/A	-	-	-	-	-	(269)
Total	1.048	690	5.091	9.387	(3.655)	(1.025)

As transações comerciais referentes a compras e vendas de serviços são realizadas de acordo com contratos vigentes. A Companhia mantém operações em condições específicas acordadas entre as partes. Dessa forma, o resultado dessas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações realizadas com partes não relacionadas.

Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração total da Administração, incluindo o Conselho de Administração, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, totalizou R\$ 3.435 (R\$ 3.320 em 31 de dezembro de 2019).

Controlador final

O controle da Companhia é exercido em conjunto por meio de um Conselho de Administração com representantes dos acionistas, SABESP e Latte.

16 Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Provisão de participação nos resultados (i)	-	2.607
Provisões para férias e respectivos encargos	998	965
Salários e encargos	740	822
Parcelamento PERT de débitos previdenciários (ii)	141	198
Provisão para pagamento de bônus	927	-
	2.806	4.592
Circulante	2.718	4.446
Não circulante	88	146

- (i) A participação nos resultados é calculada anualmente levando em consideração o atingimento de: a) *performance* financeira da Companhia, atreladas ao EBITDA e a Receita Líquida; b) metas departamentais; e c) metas individuais.

Com relação ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019, este foi quitado no montante de R\$ 2.591 e estornado a quantia de R\$ 16, pois conforme regras demitidos perdem o direito de receber.

Para 2020 as metas não foram atingidas e nenhuma provisão para participação nos resultados foi reconhecida.

- (ii) Em 9 de agosto de 2017, a Companhia desistiu do parcelamento simplificado dos seus débitos previdenciários, de competência entre agosto e dezembro de 2015, incluindo 13º período, no valor consolidado de R\$ 541, em 60 prestações mensais, que havia realizado em 4 de fevereiro de 2016, para aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para débitos previdenciários. A opção escolhida foi o pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 7,5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas e o restante será parcelado em até 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80%) dos juros de mora e de 40% das multas de mora, de ofício ou isoladas. Em agosto de 2018, a Receita Federal consolidou o parcelamento, restando a pagar 77 parcelas no valor de R\$ 4.

17 Obrigações tributárias

	2020	2019
Parcelamento PERT de demais débitos (i)	576	662
Parcelamento PIS/COFINS (ii)	1.107	1.364
Outros impostos a recolher	366	591
Impostos federais retidos na fonte	208	269
Impostos municipais	91	97
	2.348	2.983
Circulante	1.063	1.345
Não circulante	1.285	1.638

- (i) Em 9 de agosto de 2017, A Companhia desistiu dos acordos com o fisco realizados em 4 de março de 2016 e 8 de fevereiro de 2017, nos quais realizou parcelamentos em 60 prestações mensais dos seus débitos federais de PIS e COFINS e de IR e CSLL, de competência de outubro de 2015 a dezembro de 2015 e de janeiro de 2016 a junho de 2016 nos valores consolidados de R\$ 811 e R\$ 727, para aderir ao PERT. Na adesão ao PERT a opção escolhida foi a de pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, e o restante será parcelado em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e de 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas. A consolidação deste parcelamento ocorreu em dezembro de 2018, restando um total de 92 parcelas de R\$ 7, tendo seu vencimento final em 31 de agosto de 2026. O vencimento original desse parcelamento seria em 31 de janeiro de 2030, mas devido às antecipações terem ocorrido em um montante maior que o devido, a Receita Federal abateu o valor nas últimas parcelas.

- (ii) Em 21 de outubro de 2019 a Companhia decidiu pelo parcelamento dos tributos em aberto relativos ao PIS competência 08/2019 e a COFINS competências 06, 07 e 08/2019 junto a Receita Federal no montante corrigido de R\$ 1.415 mil em 60 parcelas. O saldo remanescente é atualizado mensalmente pela Selic, e aqui representa o saldo findo em 31 de dezembro de 2019.

18 Passivo de arrendamento

Conforme transição do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, norma adotada a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu em seu ativo um direito de uso do terreno pertencente à controladora em conjunto Sabesp, por meio de um passivo de arrendamento.

Ao mensurar o passivo de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamentos utilizando a taxa incremental de 12,73% a.a.. O contrato de arrendamento tem duração de 30 anos com vigência até setembro de 2043.

	2020	2019
Passivo circulante		
Arrendamento a pagar	694	585
Passivo não circulante		
Arrendamento a pagar	5.045	4.506
	5.739	5.091

A movimentação do arrendamento a pagar pode ser representada conforme segue:

	2020	2019
Saldo inicial	5.091	5.182
(+) Ajuste de saldo inicial (+) incremento	638	-
(-) Pagamento de principal	(48)	(155)
(-) Pagamento de juros	(670)	(531)
(-/+) Ajuste de amortização	(63)	63
(+) Apropriação de juros	791	532
Saldo final	5.739	5.091

19 Debêntures

	2020	2019
Debêntures	52.712	55.842
(-) Custos de captação	(3.034)	(3.563)
	49.678	52.279
Circulante	6.849	4.025
Não circulante	42.829	48.254

Os títulos decorrem da Emissão de 5.500 (cinco mil e quinhentas), debêntures simples emitidas, no valor unitário de R\$ 10 cada. Sendo (a) 3.450 integrantes da 1ª série e (b) 2.050 integrantes da 2ª série, R\$ 34.500 e R\$ 20.500 respectivamente, totalizando R\$ 55.000.

O valor nominal unitário das debêntures de 1ª série não sofrerá atualização monetária. Sobre o valor nominal ou saldo nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, depósito interfinanceiro de um dia, baseados em 252 dias úteis, acrescidas de 5,5% ao ano base 252 dias úteis, calculadas de forma exponencial e cumulativa, pro-rata *temporis*, desde a 1ª Integralização ou da data do pagamento do primeiro pagamento de remuneração.

O pagamento da remuneração da 1ª série será realizado mensalmente, a partir da data de Emissão, sempre no primeiro dia de cada mês, tendo o seu primeiro pagamento realizado em 1º de novembro de 2019.

As debêntures de 1ª série possuem seu prazo de vencimento 72 meses a contar da data de emissão vencendo em 1º de outubro de 2025.

O valor nominal unitário das debêntures de 2ª série sofrerá atualização monetária pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, desde a primeira integralização até a data de seu efetivo pagamento. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros de 8,11% ao ano com base em 252 dias uteis.

O pagamento da remuneração da 2ª série será realizado semestralmente, a partir da data da Emissão, sempre no dia 15 de cada mês, sendo seu primeiro pagamento em 15 de abril de 2020.

As debêntures de 2ª série terão seu prazo de vencimento 84 meses e 15 dias a contar da data de emissão vencendo em 15 de outubro de 2026.

O cronograma anual de vencimentos do saldo apresentado pode ser assim demonstrado:

	Debêntures de 1ª série	Debêntures de 2ª série	Custos de captação	Total líquido
Até dezembro de 2021	5.462	1.914	(527)	6.849
Até dezembro de 2022	5.745	2.486	(527)	7.704
Até dezembro de 2023	6.371	3.081	(527)	8.925
Até dezembro de 2024	7.144	3.148	(529)	9.763
Até dezembro de 2025	6.673	3.230	(527)	9.376
Até dezembro de 2026	-	7.458	(397)	7.061
	<u>31.395</u>	<u>21.317</u>	<u>(3.034)</u>	<u>49.678</u>

A movimentação das debêntures pode ser assim representada:

	2020	2019
Saldo inicial	55.842	-
(+) Captações	-	55.000
(-) Pagamento de principal	(3.909)	-
(-) Pagamento de juros e atualização monetária	(4.497)	(526)
(+) Apropriação de juros e encargos	<u>5.276</u>	<u>1.368</u>
(=) Saldo final	<u>52.712</u>	<u>55.842</u>

Os custos de transação referem-se a serviços necessários para a emissão das debêntures. As naturezas dos serviços são essencialmente: taxas de emissão e registro de títulos, consultoria, honorários advocatícios, publicidade, serviços de intermediação financeira, serviços de controle das garantias, dentre outros. Os custos de transação estão apropriados ao resultado quando incorridos.

A movimentação dos custos com emissão de debêntures pode ser assim apresentada:

	2020	2019
Saldo inicial	3.563	-
(-) Custos de transação	-	(3.693)
(+) Apropriação de encargos	529	130
(=) Saldo final	3.034	3.563

As debêntures possuem como garantias, dentre elas:

- Constituição de garantias reais em favor dos debenturistas:
- Alienação Fiduciária de 55% das ações do capital da Companhia; e
- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios composto pela totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros em nome da Companhia.

As debêntures possui como cláusulas restritivas (*covenants*), dentre elas:

- Manter retido em conta vinculada o valor correspondente a: a) R\$ 4.000 (Quatro milhões de reais) ou b) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures, dos dois valores o menor (Reserva de Caixa).
- Fornecer ao Agente Fiduciário nos prazos acordados cópia das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contábeis e revisadas por auditoria;
- Fornecer ao Agente Fiduciário todas informações solicitadas por este para cumprimento de suas obrigações nos termos de Escritura da emissão das debêntures e das instruções da CVM;
- Atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476/09;
- Operar de acordo com seus documentos societários, leis, regras e regulamentos aplicáveis a condução de seus negócios;
- Não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de hedge;
- Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das debêntures, as declarações e garantias apresentadas na Escritura, no que for aplicável;
- Cuidar para que as operações praticadas no âmbito da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado e com a observação das normas aplicadas à matéria isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos e danos que não tenha sido causado por este.

20 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é responsável em processos de natureza trabalhista de suas partes relacionadas. Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião dos assessores jurídicos e a natureza das ações e entende que a provisão constituída é a melhor estimativa de desembolso para liquidar as prováveis perdas decorrentes dos respectivos processos:

	2020	2019
Demandas trabalhistas (i)	300	340

- (i) Trata-se de ações que estão em juízo visando a obter indenizações, principalmente, com referência a verbas rescisórias e horas extras.

A movimentação da provisão para demandas administrativas e judiciais pode ser assim apresentada:

	2020	2019
Saldo inicial	340	835
(-) Reversão	(243)	(495)
(+) Provisões constituídas	203	-
(=) Saldo final	300	340

A Companhia está sujeita a outros processos judiciais, avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, no valor de R\$ 490 em 31 de dezembro de 2020 (276 em 31 de dezembro de 2019). Esses processos, em sua grande maioria, referem-se a causas trabalhistas, mas a Companhia não espera uma saída de recursos relevante no desfecho desses processos.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 1º de março de 2019 a Companhia procedeu com o aumento de capital no valor de R\$ 24.277 atualizados até a referida data, mediante emissão de 24.277.245 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por meio de conversão da totalidade dos créditos detidos pelos acionistas contra a Companhia, decorrentes de contratos de mútuo celebrados, passando o capital social da Companhia de R\$ 13.400 para um total de R\$ 37.677. Todas as ações ora emitidas foram subscritas e integralizadas pelos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social da Companhia.

A distribuição do capital social em ações é composta da seguinte forma:

	2020		2019	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Latte Saneamento S.A.	20.722	55%	20.722	55%
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	16.955	45%	16.955	45%
Total	37.677	100%	37.677	100%

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal nos dois últimos exercícios em função de apresentar prejuízos acumulados.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos mínimos obrigatórios nos dois últimos exercícios em função de apresentar prejuízos acumulados.

22 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita de prestação de serviços	40.856	41.083
Receita de prestação de serviços partes relacionadas (ver nota 15)	8.696	9.381
Receita com vendas de resíduos	<u>1</u>	<u>13</u>
Receita bruta	49.553	50.477
Impostos sobre serviços		
ISS	(991)	(1.009)
PIS	(818)	(833)
COFINS	<u>(3.766)</u>	<u>(3.836)</u>
	<u>(5.575)</u>	<u>(5.678)</u>
Receita operacional líquida	43.978	44.799

23 Custos e despesas por natureza

	2020	2019
Gastos com pessoal	(17.128)	(16.928)
Serviços de terceiros	(8.892)	(8.088)
Depreciações e amortizações	(3.920)	(3.291)
Material aplicado na operação (i)	(1.532)	(702)
Água, esgoto e energia elétrica	(647)	(563)
Locações de equipamentos, veículos e outras	(464)	(460)
Aluguel de imóveis	-	(3)
Propaganda	-	(79)
Perdas incobráveis	(9)	(17)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(193)	(48)
Despesas gerais	(423)	(589)
Impostos e taxas	(38)	(99)
Outros custos	<u>(325)</u>	<u>(385)</u>
	<u>(33.571)</u>	<u>(31.252)</u>
<i>Outras receitas</i>		
Reversão de provisões (ii)	422	2.309
Outras receitas	866	17
Baixa de imobilizado	(1)	(1)
Demais despesas	-	(50)
	<u>1.287</u>	<u>2.275</u>
	<u>(32.284)</u>	<u>(28.977)</u>

	2020	2019
Classificado como		
Custos dos serviços prestados	(21.855)	(18.397)
Despesas operacionais	(11.514)	(12.711)
Despesas comerciais	(9)	(96)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(193)	(48)
Outras receitas e despesas	1.287	2.275
	(32.284)	(28.977)

- (i) Aumento expressivo devido as novas linhas de tratamentos necessitarem de aplicação de uma quantidade maior de insumos e estes possuem um custo mais elevado.
- (ii) Variação considerável devido a reversões em 2019 de provisões não realizadas de participações nos lucros de exercícios anteriores e contingências trabalhista.

24 Receitas (Despesas) financeiras líquidas

	2020	2019
Receitas financeiras:		
Varição cambial	-	6.741
Ganhos com ajuste a valor justo	-	308
Varição monetária ativa	329	100
Rendimento de aplicação financeira	98	155
Descontos obtidos	5	2
Total das receitas financeiras	432	7.306
Despesas financeiras		
Varição cambial	-	(9.705)
Juros, multas e atualizações monetárias (i)	(7.049)	(24.917)
Despesas bancárias	(17)	(95)
Perdas com ajuste a valor justo (ii)	-	(3.089)
Outras despesas financeiras	(1)	(30)
Total das despesas financeiras	(7.067)	(37.836)

- (i) Em 2019 temos um valor mais expressivo devido a liquidação antecipada de empréstimo com o exterior que resultou na apropriação no resultado da Companhia de todo encargo financeiro gasto para sua aquisição.
- (ii) Devido a liquidação antecipada, em 2019, do empréstimo com o exterior, a Companhia liquidou todos os seus contratos com derivativos (*hedge*), não sendo mais obrigatório qualquer contratação que resultasse em apropriação de valor de justo.

25 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>5.059</u>	<u>(14.708)</u>
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(1.720)	5.001
Ajustes à alíquota efetiva		
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo	423	(8.406)
Constituição de ativo diferido sobre prejuízo fiscal	7.623	-
Outros	<u>(44)</u>	<u>(62)</u>
Total	<u>6.282</u>	<u>(3.107)</u>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(962)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	<u>7.244</u>	<u>(3.107)</u>
Total	<u>6.282</u>	<u>(3.107)</u>
Alíquota efetiva	124%	21%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil e têm a seguinte composição:

	2020	Varição	2019
Provisão para distribuição de lucros - PLR	-	(887)	887
Provisão para perdas esperadas	67	9	58
Provisão para bônus	315	315	-
Diferenças temporárias direito de uso	146	146	-
Constituição de ativo diferido sobre prejuízo fiscal	7.623	7.623	-
Outras provisões	<u>153</u>	<u>38</u>	<u>115</u>
	<u>8.304</u>	<u>7.244</u>	<u>1.060</u>

Durante o exercício de 2020, a Companhia decidiu por reconhecer créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre a totalidade do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social existentes até então. Essa decisão foi pautada no resultado da análise efetuada por especialista contratado, que considerou a legislação em vigor e as incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos lucros tributáveis futuros que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis.

26 Instrumentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve alteração na política de gerenciamento de riscos financeiros em relação ao exercício anterior.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está assim demonstrada:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	2.009	1.449
Contas a receber de clientes	6.864	7.145
Aplicação financeira	4.115	4.036
Total	12.988	12.630

A Administração constitui provisão para redução ao valor recuperável de clientes em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	1.215	-	-
Passivo de arrendamento	694	682	4.363
Debêntures a pagar	<u>7.376</u>	<u>8.231</u>	<u>37.105</u>
Total	<u>9.285</u>	<u>8.913</u>	<u>41.468</u>
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	1.244	-	-
Passivo de arrendamento	585	660	3.846
Debêntures a pagar	<u>4.025</u>	<u>6.247</u>	<u>42.007</u>
Total	<u>5.854</u>	<u>6.907</u>	<u>45.853</u>

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Uma análise sobre a capacidade da Companhia honrar seus compromissos de curto e médio prazos está demonstrada na nota explicativa nº 1.c.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como a Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com taxas fixas, não há exposição a variação nas taxas de juros.

	2020	2019
Aplicações financeiras (Nota 10)	4.115	4.036
(-) Debentures (Nota 19)	(49.678)	(52.279)
Exposição líquida ao risco de juros	(45.563)	(48.243)

Risco de taxa de câmbio

Até outubro de 2019 o resultado da Companhia era suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio incidentes sobre os saldos de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira. Para se proteger dessas variações, a Companhia apostou em contrato de opção cambial nos últimos exercícios. Na liquidação desse passivo de empréstimo com o exterior, a Companhia também liquidou todos os contratos de opções cambiais, dessa forma não há posição em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Valorização a mercado dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram marcados a mercado até outubro de 2019, período em que foram todos resgatados e foram devidamente registrados nas contas patrimoniais e resultado. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis, extraídos do mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas principalmente ao CDI e, por este motivo, a Administração entende que flutuações nestas taxas de juros podem afetar significativamente o resultado financeiro.

No quadro abaixo são considerados três cenários para os próximos 12 meses, considerando as variações percentuais das taxas de juros. O cenário provável foi elaborado com base na expectativa de mercado da taxa média efetiva do CDI, conforme divulgado CETIP, por meio eletrônico no site: estatisticas.cetip.com.br, divulgado em 04 de fevereiro de 2021.

Operação	Risco	Exposição em R\$	Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Aplicação financeira	Redução do CDI	4.115	4.174	4.154
Taxas consideradas	CDI	1,90%	1,43%	0,95%

Considerando um cenário positivo do CDI teremos:

Operação		Exposição em R\$	Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Aplicação financeira	Aumento do CDI	4.115	4.213	4.232
Taxas consideradas	CDI	1,90%	2,38%	2,85%

(iii) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às partes interessadas, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito visando a fazer face à manutenção da liquidez e de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A dívida líquida compreende os saldos relacionados aos empréstimos, deduzidos pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos no exercício com relação aos descritos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os indicadores estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Debêntures (Nota 19)	49.678	55.842
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(2.009)	(1.449)
(-) Aplicação financeira (Nota 10)	(4.115)	(4.036)
Dívida líquida	43.554	50.357
Patrimônio líquido	18.793	7.452
Patrimônio líquido e dívida líquida	62.347	57.809
Índice de alavancagem financeira - %	70%	87%

26.1 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

	Ativo pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2020				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.009	-	-	2.009
Contas a receber	6.864	-	-	6.864
Aplicações financeiras	4.115	-	-	4.115
Total	12.988	-	-	12.988
Passivos				
Fornecedores	-	1.215	-	1.215
Debêntures	-	49.678	-	49.678
Total	-	50.893	-	50.893

31 de dezembro de 2019	Empréstimo e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.449	-	-	1.449
Contas a receber	7.145	-	-	7.145
Instrumentos financeiros	4.036	-	-	4.036
Total	12.630	-	-	12.630
Passivos				
Fornecedores	-	1.244	-	1.244
Outras contas a pagar	-	52.279	-	52.279
Total	-	53.523	-	53.523

Comparação entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros

A comparação entre o valor contábil e o valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentada a seguir:

	Valor contábil	Valor justo
Recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa	2.009	2.009
Contas a receber	6.864	6.864
Aplicações financeiras	4.115	4.115
	12.988	12.988
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.215	1.215
Debêntures	49.678	49.678
	50.893	50.893

27 Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros em suas operações.

Natureza	R\$
Veículos	680
Responsabilidade civil	20.013
Predial	33.961

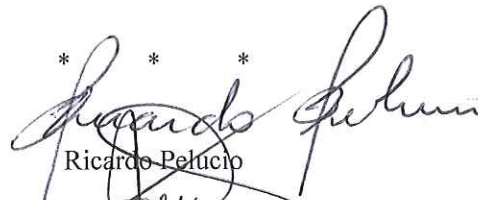
O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

28 Lucro por ação

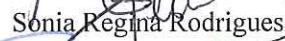
O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2020	2019
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	11.341	(17.815)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>37.677</u>	<u>37.677</u>
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação - R\$	<u><u>0,30</u></u>	<u><u>-0,47</u></u>

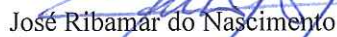
* * *



Ricardo Pelúcio



Sonia Regina Rodrigues



Contador

CRC ISP 118814/O-6